

Parlamentarismo consegue preferência para votação



Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), autor da emenda sobre parlamentarismo

Do Sucursal de Brasília

Com 345 assinaturas, a emenda parlamentarista do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) obteve ontem preferência de votação, no plenário do Congresso constituinte, sobre qualquer proposta presidencialista. A emenda fixa o "parlamentarismo-já", isto é, entraria em vigor na data de promulgação da nova Constituição.



"Empatamos o jogo", disse Fer-

reira Lima, ontem. Referia-se à emenda do Centrão, estabelecendo mandato de cinco anos para o presidente Sarney, e que ontem conseguiu 305 assinaturas. As duas propostas ultrapassam a maioria absoluta do plenário (280, de 559 parlamentares). Não significa necessariamente que serão aprovadas, mas terão preferência de votação sobre as demais.

Das 345 assinaturas, pelo menos 59 são de "apoio" — um jargão parlamentar para designar concordância apenas quanto à tramitação de emendas mas não quanto ao mérito. De qualquer forma, a proposta de Ferreira Lima, se for aprovada, transformará o presidente Sarney em

chefe do Estado e obrigará à designação de um primeiro-ministro, ao qual caberia todo o controle da administração governamental.

A emenda Ferreira Lima faz algumas mudanças na proposta parlamentarista do projeto da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. A principal delas, disse o deputado, é o reforço dos poderes do presidente em relação ao primeiro-ministro. O presidente, eleito diretamente, poderia até, em casos considerados "excepcionais", afastar o primeiro-ministro independente de moção de censura da Câmara.

A emenda é o resultado da fusão de propostas de outros parlamentares: os senadores José Fogaça (PMDB-

RS), Afonso Arinos (PFL-RJ) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ), além do próprio Ferreira Lima. "É um parlamentarismo mais realista, ou mais racionalizado, em que o chefe de Estado é um árbitro das instituições, tem a função de um amortecedor de crises", disse o deputado.

Esse papel do chefe de Estado é garantido pelo parágrafo que diz: "o presidente da República poderá, excepcionalmente, ouvido o Conselho de Estado, demitir o governo (isto é, o primeiro-ministro), comunicando de imediato as razões de sua decisão à Câmara dos Deputados, nela fazendo a indicação de candidato ao cargo de primeiro-ministro".

Sarney aprova a emenda sobre presidencialismo

Do Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney aprovou, com pequenas ressalvas, a emenda que institui o "presidencialismo parlamentarizado", apresentada a ele anteontem à noite, numa reunião no Palácio da Alvorada. A emenda tem apoio do presidente do PMDB e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e foi redigida pelo seu assessor jurídico, Miguel Reale Júnior.

Foram ao Palácio da Alvorada, na terça-feira à noite, os deputados Manoel Moreira (PMDB-SP), Cid Carvalho (PMDB-MA) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG). Além de Sarney, participou da reunião o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Ontem de manhã, Cid Carvalho voltou a submeter a emenda a Ulysses, que também a aprovou com ressalvas.

Reaproximação

A emenda é um primeiro passo para uma reaproximação entre Ulysses e Sarney em relação ao Congresso constituinte. As relações entre ambos estavam estremecidas desde a saída de Luiz Carlos Bresser Pereira do Ministério da Fazenda, em dezembro. O "presidencialismo parlamentarizado" é uma proposta que interessa a ambos: Ulysses e Sarney são presidencialistas e tentam agora conter a tendência parlamentarista do Congresso constituinte.

A emenda —na realidade um conjunto de 20 pequenas emendas, já que não houve tempo para coleta de assinaturas a uma proposta global— prevê a instalação do novo sistema de governo a 31 de dezembro deste ano, no máximo. O presidente tem que nomear um primeiro-ministro, parlamentar ou não, ao qual pode delegar funções de chefe de governo. Mas o presidente continua como chefe de Estado e chefe de governo.

Fusão de propostas

A emenda aprovada por Sarney é na verdade a fusão de duas propostas, uma vinda do próprio Palácio do Planalto e preparada por Ronaldo Costa Couto, e outra já apresentada antes pelo deputado Manoel Moreira, sob patrocínio de Ulysses Guimarães. Na terça-feira, o jurista Miguel Reale Júnior encarregou-se de redigir um terceiro conjunto de emendas, a partir das duas propostas.

Esta negociação começou no início da semana. O deputado Cid Carvalho, amigo pessoal de Sarney, procurou o deputado Ulysses Guimarães, a quem apresentou a proposta de Ronaldo Costa Couto. Ulysses encaminhou Cid Carvalho a Miguel Reale Júnior, que já tinha redigido anteriormente a emenda Manoel Moreira. A fusão das propostas resultou no conjunto de emendas apresentado anteontem a Sarney.

"Atribuições efetivas"

Pela nova proposta, o presidente da República tem que indicar o primeiro-ministro depois de consulta aos partidos do Congresso. O primeiro-ministro pode sofrer moção de censura por ano, sem prazo fixado entre uma e outra. Segundo Reale Júnior, o primeiro-ministro, numa concessão aos parlamentaristas, tem "atribuições efetivas".

Ele fica responsável, por exemplo, pelo orçamento. Pode receber delegação do presidente para ficar responsável por todas as atribuições não previstas expressamente ao chefe de Estado (por exemplo, chefia das Forças Armadas ou da política externa, que continuam privativas do presidente).

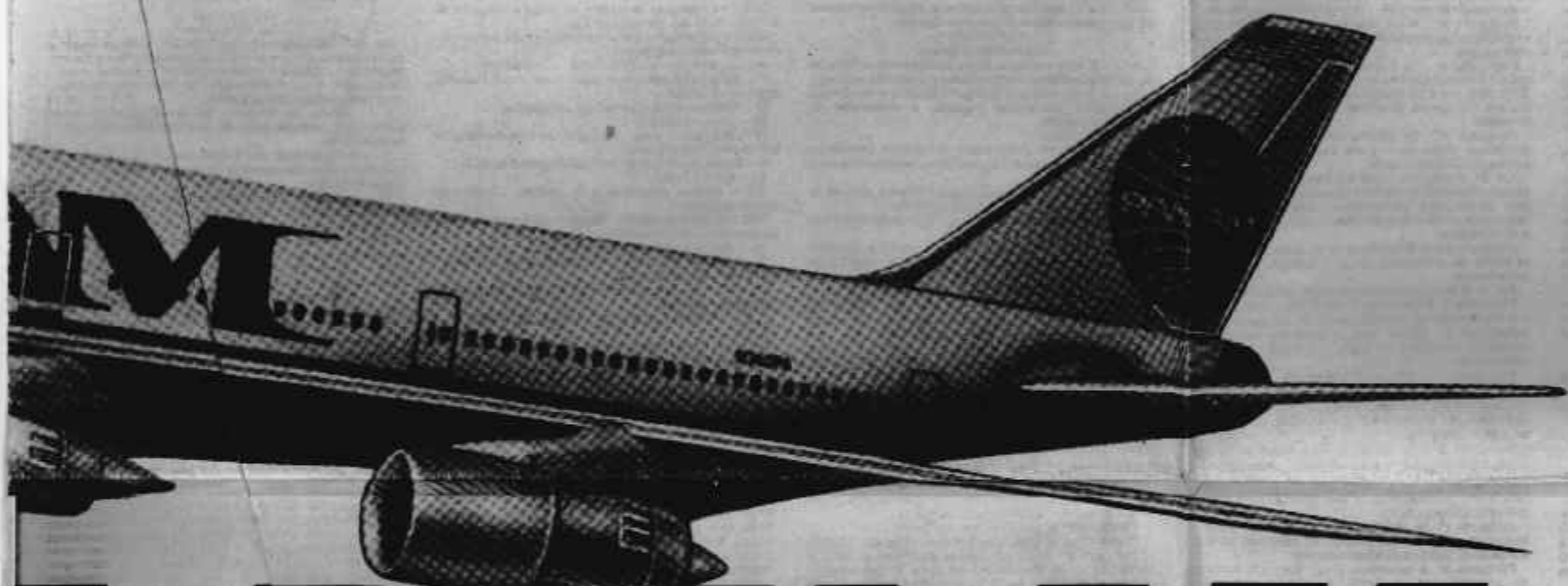
Ministério

Se houver moção de censura, o ministério é dissolvido, caindo inclusive os ministros militares. A proposta, entretanto, elimina o "status" de ministério da chefia do SNI, do Gabinete Civil e do Gabinete Militar. Portanto, estes postos ficam a salvo da moção de censura.

Ainda segundo Miguel Reale Júnior, se o primeiro-ministro indicado pelo presidente for um parlamentar, não precisará de aprovação do Congresso. Se não for parlamentar, terá que ter aprovação de maioria absoluta da Câmara. Nos dois casos, fica sujeito à moção de censura. Na conversa de anteontem, o presidente Sarney, segundo apurou a Folha, fez algumas objeções aceitas pelos autores da proposta.

Pedi, por exemplo, a manutenção da figura do vice-presidente, o fim da exigência de que o primeiro-ministro comparecesse mensalmente à Câmara e a transferência ao ministro da Justiça das atribuições do primeiro-ministro, em caso de impedimento deste.

COM OS U.S.A. PAÇA*?



PAN AM.

É só você descer em New York ou Miami, na ida ou na volta da



Europa, pra você conhecer o outro lado da personali-

dade Pan Am: o programa "Palavra Mágica", que facilita a sua vida nas cidades americanas, nos passeios,



EUROPA nas hospedagens, em tudo. Maiores detalhes desse sensacional programa

you consegue com o seu Agente de Viagens. Ligue pra ele e vá arrumando as malas. Você fará uma viagem inesquecível com a Pan Am. A única que põe os Estados Unidos no seu roteiro para a Europa sem cobrar nada* por isso.

São Paulo
Tel.: (011) 257-6655

ESPERE MAIS EUROPA DA PAN AM.

*As tarifas BHPX2M e BLPX2M não permitem paradas nos USA, e as tarifas BHE2M e BLE2M permitem uma parada somente na viagem de volta.